

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 30/2013**

Período: 24/08/2013 – 30/08/2013

GEDES – Brasil

- 1- Comissão da Verdade é criada no estado da Bahia
- 2- Comissão de Memória e Verdade Anísio Teixeira ouviu ex-alunos perseguidos pelo regime militar
- 3- Comissão da Verdade do município São Paulo ouviu advogados que defenderam sindicatos durante o regime militar
- 4- Jornais destacam que relatório final da Comissão Nacional da Verdade está ameaçado por atritos internos
- 5- Comissão da Verdade do Rio de Janeiro pretende reabrir inquérito sobre explosão de carta-bomba na Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro em 1980
- 6- Marinha suspende exercícios no Arquipélago dos Alcatrazes
- 7- Força Aérea produziu relatório sobre uso de aeronaves oficiais
- 8- Projeto de lei aumentará o rigor da fiscalização de embarcações
- 9- Militares envolvidos no caso da transferência não autorizada de senador boliviano ao Brasil
- 10- Alojamento militar é utilizado por médicos estrangeiros
- 11- Análise das relações Brasil-Estados Unidos
- 12- Recrutados do Exército são presos acusados de assalto
- 13- Alterações no desfile de Sete de Setembro por questões de segurança

1- Comissão da Verdade é criada no estado da Bahia

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a nona Comissão Estadual da Verdade foi criada no estado da Bahia e entre as prioridades do órgão está a apuração da morte do guerrilheiro baiano Carlos Marighella, referência da luta armada contra o regime militar (1964-1985). De acordo com o jornal, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) divulgou, ao final de 2012, um texto afirmando que Marighella foi morto sem esboçar qualquer tipo de resistência, o que contraria versão oficial. Além disso, foi confirmado o que estado da Bahia possui 32 mortes ou desaparecimentos em circunstâncias obscuras no período do regime. De acordo com a *Folha*, a comissão estadual possui o prazo de dois anos para “apresentar um relatório com recomendações para ‘aprimorar’ as instituições públicas, sobretudo as de segurança pública”. (*Folha de S. Paulo - Poder - 24/08/13*)

2- Comissão de Memória e Verdade Anísio Teixeira ouviu ex-alunos perseguidos pelo regime militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, no dia 23/08/13 a Comissão de Memória e Verdade Anísio Teixeira, da Universidade de Brasília (UnB), ouviu ex-alunos e ex-militantes da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) durante o regime militar (1964-1985). Álvaro Lins Filho e Hélio Doyle falaram sobre a participação no movimento estudantil entre os anos de 1965 e 1968 e a convivência com o líder da militância e ex-aluno, Honestino

Guimarães, que terá seu desaparecimento investigado pela comissão. Segundo o jornal, Lins Filho, filho do ex-deputado Álvaro Lins, foi preso duas vezes e entrou para a clandestinidade em 1968, recebendo uma nova identidade através do comando da Ala Vermelha. Com o pseudônimo de Paulo Oliveira Tavares, Lins Filho mudou-se para a cidade de São Paulo como torneiro mecânico, com o objetivo era recrutar líderes do movimento em fábricas. Lins Filho reassumiu seu verdadeiro nome em 1980 e lembrou que participou da construção do movimento sindical no Rio de Janeiro. Atualmente, Lins Filho trabalha com marketing político e assessoria parlamentar. De acordo com o *Correio*, Doyle “entrou na UnB com o intuito de disseminar os ideais da Ala Vermelha”. Ele foi preso seis vezes, sendo a primeira aos 17 anos, no ano de 1967. Em discurso, afirmou que, em seu grupo, o tratamento aplicado pelos militares era distinto, uma vez que existiam filhos de ministros, deputados, entre outros, sendo que só não foi torturado por ser filho do ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Hélio Proença Doyle. De acordo com o jornal, a Comissão de Memória e Verdade Anísio Teixeira tem por objetivo apurar as perseguições, os abusos e os desaparecimentos de alunos, professores e funcionários da UnB, como de Guimarães e do fundador da instituição, Anísio Teixeira. (*Correio Braziliense* - 24/08/13)

3- Comissão da Verdade do município São Paulo ouviu advogados que defenderam sindicatos durante o regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a Comissão Municipal da Verdade de São Paulo ouviu, no dia 27/08/13, os depoimentos dos advogados José Carlos Arouca e Henrique Buzzoni, que defenderam sindicatos durante o regime militar (1964-1985). Segundo a *Folha*, era esperado que, em seus depoimentos, os advogados revelassem os métodos utilizados pelo Estado contra os representantes dessas entidades. Já foram ouvidos pelo colegiado o fotógrafo Silvaldo Leung Vieira – que registrou a imagem da morte do jornalista Vladimir Herzog em uma cela no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 2º Exército – e o ex-ministro do regime militar Delfim Netto. (*Folha de S. Paulo* - Poder – 25/08/13)

4- Jornais destacam que relatório final da Comissão Nacional da Verdade está ameaçado por atritos internos

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, problemas internos entre os integrantes da Comissão Nacional da Verdade (CNV) podem prejudicar a conclusão do relatório final a respeito das violações de direitos humanos durante o regime militar (1964-1985). Segundo o jornal, alguns dos responsáveis pela elaboração do relatório já não se falam e palavras ásperas são comuns durante reuniões. Conforme os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, na tentativa de apaziguar o grupo, o advogado criminalista, José Carlos Dias, assumiu o cargo rotativo de coordenador da Comissão, pois dialoga com todos os seus integrantes. De acordo com Dias, os trabalhos da comissão foram prorrogados por mais seis meses, o que faz com que a data de entrega do relatório final seja em novembro de 2014, mas admitiu que considera “muito difícil” encerrar os trabalhos dentro do prazo. O novo coordenador negou que haja desavenças entre os membros da comissão. No

entanto, os jornais apontaram que eles estariam divididos em relação às prioridades no trabalho. Sobre a ideia de revisão da Lei da Anistia (1979), um dos assuntos que provoca maior divergência entre os membros do colegiado, Dias defende que a revisão não deve ser proposta. Afirmou que a CNV tem mantido um diálogo aberto com os militares, nem sempre com bons resultados, e frisou que é importante entender a tomada de poder de 1964 como uma ação civil-militar. Segundo o *Correio*, foram contratados pela comissão 100 novos pesquisadores a fim de acelerar a tomada dos quase 400 depoimentos previstos até maio de 2014. Segundo assessores, a presidenta da República, Dilma Rousseff, está preocupada com a situação e teria designado seu chefe de gabinete, Giles Azevedo, para acompanhar de perto os trabalhos da CNV. Além disso, Rousseff ainda deve indicar os sucessores do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp e do ex-procurador Geral da República, Claudio Fonteles, desligados do colegiado há mais de três meses. Conforme o jornal, Rosa Maria Cardoso, que até então coordenava o grupo, encontrava-se isolada por ter opiniões divergentes. Em entrevista para *O Estado*, Cardoso afirmou que defende que vítimas e familiares de mortos e desaparecidos tenham mais espaço na comissão, que o número de sessões fechadas seja reduzido e o debate acerca da revisão da Lei da Anistia seja estimulado pelo colegiado. Ainda segundo Cardoso, “o relatório final merece uma composição a muitas mãos, com gente da academia, jornalistas, militantes”. Os outros integrantes do grupo não são unânimes, entretanto, e tendem a atribuir maior importância ao relatório final, com as revelações e análises sobre o regime militar, assim como recomendações sobre as políticas de direitos humanos. Além disso, a maioria dos membros da CNV discorda de Cardoso quanto à relação entre a comissão e o debate sobre a Lei da Anistia. As divergências se estenderam também às comissões estaduais e municipais, que têm apoiado publicamente Cardoso. Esses grupos, que colaborarão na preparação do relatório final, temem que o resultado final fique vulnerável e suscetível a críticas, principalmente de seus apoiadores. (*Correio Braziliense* – 28/08/13; *Folha de S. Paulo – Poder* – 28/08/13; *O Estado de S. Paulo – Política* – 26/08/13)

5- Comissão da Verdade do Rio de Janeiro pretende reabrir inquérito sobre explosão de carta-bomba na Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro em 1980

De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o presidente da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, Wadih Damous, afirmou que pretende pedir ao Ministério Público a reabertura da investigação acerca da carta-bomba entregue à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro em 1980. Depois de ouvir ex-agentes da Polícia Federal que participaram das investigações e relatos que denunciam a participação de oficiais do Exército e do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) na apuração do caso, Damous acredita que o inquérito aberto na época foi uma “farsa”. Além disso, Damous acredita que pode comprovar a existência de conexão entres os atentados da OAB e do Riocentro, quando uma bomba explodiu no estacionamento do centro de convenções durante as festividades do dia do trabalho (01/05/1981). O advogado Luiz Felipe Monteiro, filho de Lyda Monteiro, morta no atentado à

OAB, afirmou ter havido um acordo político entre oposição e governo para que as investigações sobre o caso não avançassem, em troca das eleições de 1982. Segundo a integrante da Comissão Nacional da Verdade, Rosa Maria Cardoso, o crime em questão não estaria abarcado pela Lei da Anistia (1979), pois ocorreu em 1980. (Correio Braziliense – 28/08/13; O Estado de S. Paulo – Política – 28/08/13).

6- Marinha suspende exercícios no Arquipélago dos Alcatrazes

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Marinha apoiou a criação de um parque nacional no Arquipélago dos Alcatrazes, que fica a 45 quilômetros do litoral norte do estado de São Paulo e era utilizado pela Força para a realização de exercícios militares. Segundo *O Estado*, a Marinha sofreu diversas críticas de grupos de defesa do meio ambiente e pesquisadores, principalmente pela realização de testes de tiros nos paredões rochosos da Ilha de Alcatrazes desde de 1982, além da ocorrência de um incêndio que destruiu quase 20 hectares da ilha principal em 2004 que, segundo a Marinha, pode ter sido causado por um dos testes de tiro. Entretanto, a Marinha exigiu que alguns testes sejam mantidos esporadicamente na Ilha de Sapata, que fica a 4 quilômetros da ilha principal do arquipélago. Segundo o vice-almirante e comandante do 8.º Distrito Naval, Liseo Zampronio, há outros locais no país para a realização de testes, porém, a região em questão possui “vantagens logísticas e geográficas”. De acordo com o capitão de fragata André Luiz Pereira, que representa a Marinha nos grupos de discussão ambiental, apesar da concordância com a criação do parque no local, a Marinha manteve a posse do arquipélago e deve ser consultada sobre qualquer decisão que envolva as ilhas. Conforme *O Estado*, o Ministério do Meio Ambiente afirmou que “o projeto do parque está em fase final de aprovação, mas não há previsão para ser colocado em prática”. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 24/08/13)

7- Força Aérea produziu relatório sobre uso de aeronaves oficiais

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Força Aérea Brasileira (FAB) produziu um relatório sobre “hábitos de autoridades do governo federal no uso de aeronaves oficiais para deslocamentos a trabalho ou no trajeto entre Brasília e os estados de origem”. O relatório abrange voos desde o início do governo de Dilma Rousseff, em 2011, até o primeiro semestre de 2013 e, segundo o Comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, não inclui atendimentos ao vice-presidente por motivos de segurança. Conforme o relatório, foram operados voos em 7244 trechos, com a média de oito decolagens por dia, para atender o corpo ministerial do governo, os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. Desde 2010 foram atendidos pedidos para 5250 deslocamentos de autoridades. Os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Justiça e da Defesa, a presidência da Câmara dos Deputados e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República foram, respectivamente, os órgãos que mais solicitaram voos da FAB. A utilização de aeronaves oficiais é concedida ao vice-presidente da República, aos presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, a ministros de Estado e ocupantes de cargo público com prerrogativas de ministro de

Estado, aos comandantes das Forças Armadas e ao chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. O transporte de demais autoridades deve ser autorizado pelo ministro da Defesa e pelo Comandante da Aeronáutica, atendendo aos critérios previstos: “motivos de segurança e emergência médica, viagens a serviço e deslocamentos para local de residência permanente”. De acordo com o jornal, a maioria dos deslocamentos autorizados para a Secretaria das Relações Institucionais, que tem status de ministério, teve como motivo viagem para o estado de origem de autoridades. O *Correio* apresentou o caso da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que, apesar de ocupar residência oficial destinada aos ministros da Casa Civil na capital Brasília, se desloca frequentemente para a cidade de Curitiba, no estado do Paraná, onde afirma ser sua residência oficial. Outro caso apresentado foi o do Ministério da Educação que teve um grande número de viagens realizadas durante a gestão de Fernando Haddad. Além disso, segundo a *Folha de S. Paulo*, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República emitiu uma advertência ao ministro da Previdência Social Garibaldi Alves por ter usado indevidamente um avião da FAB. Conforme o jornal, o ministro viajou para a cidade de Fortaleza, no estado do Ceará, para cumprir sua agenda oficial, mas ao retornar, pediu que o avião o levasse para a cidade do Rio de Janeiro, onde não possui compromissos oficiais, e assistiu ao jogo final da Copa das Confederações. Segundo uma nota oficial, o ministro voltou à Brasília em voo comercial. Alves afirmou que devolveria o dinheiro referente ao custo desse voo à Federação. Segundo o presidente da comissão, Américo Lacombe, o caso resultou somente em advertência por não ser muito grave e não ser considerado agressão ao patrimônio. (*Correio Braziliense* – 26/08/13; *Folha de S. Paulo* – Poder – 27/08/13)

8- Projeto de lei aumentará o rigor da fiscalização de embarcações

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados deu parecer favorável a um projeto de lei que estipula tolerância zero aos operadores de embarcações e estabelece medidas a serem adotadas pela Marinha como forma de punir infratores. Segundo as regras atuais, se o teste do bafômetro acusar índice igual ou superior a 0,3 miligramas de álcool por litro de ar expelido dos pulmões, o piloto é considerado infrator podendo responder administrativamente e criminalmente com base no artigo 261 do Código de Direito Penal, além do artigo 62 da Lei de Contravenções Penais. Segundo o jornal, a Marinha não informou o valor da multa aplicada atualmente ou quais são as punições administrativas. As novas regras, caso aprovadas, serão incluídas na “Lei nº 9.537, de dezembro de 1997, que regulamenta a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional” e o limite para atestar a alcoolemia passaria a ser de 0,1 miligrama de álcool por litro de ar e em caso de recusa do condutor em se submeter ao teste, qualquer prova admitida em direito para comprovar embriaguez será permitida. Conforme o jornal, a Associação Brasileira de Empresários de Turismo Náutico (Abetur) protocolou um ofício na Marinha solicitando a aplicação de provas práticas de direção aos candidatos à habilitação para pilotar embarcações. (*Correio Braziliense* – 26/08/13)

9- Militares envolvidos no caso da transferência não autorizada de senador boliviano ao Brasil

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, Antonio Patriota pediu demissão do cargo de ministro de Relações Exteriores após o episódio de insubordinação envolvendo o encarregado de negócios da Embaixada brasileira na Bolívia, Eduardo Saboia. Segundo os jornais, Saboia, que era responsável pela embaixada devido à transferência do embaixador titular Marcel Biato, decidiu, de forma unilateral, transportar, num carro oficial do governo brasileiro, o senador boliviano de oposição Roger Pinto Molina da embaixada na Bolívia para a cidade brasileira de Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul, de onde partiu, num jato particular, para a capital federal, Brasília. Molina era condenado por alguns crimes na Bolívia e estava abrigado na embaixada brasileira havia 455 dias, a espera do resultado das negociações que estariam ocorrendo entre os governos brasileiro e boliviano para a resolução do caso. Entretanto, o diplomata Saboia decidiu por transportar o senador sem a expedição de um salvo-conduto pelo governo boliviano, mesmo sabendo que a presidência da República brasileira havia desautorizado qualquer operação de transporte de Molina sem o documento. Dois fuzileiros navais, que respondem ao adido militar na embaixada, o Capitão de Mar e Guerra Luiz Carlos Brito Cunha, fizeram a escolta dos carros durante o trajeto, encontrando-se ambos no carro que levava Saboia e Molina. Segundo *O Estado*, a operação teria sido informada a altos escalões das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, embora o chefe de Estado-Maior da Defesa, general José Carlos de Nardi, e o próprio ministro Celso Amorim tenham informado que não sabiam da ação, assim como Patriota. Embora segundo a tradição os militares nas embaixadas sejam subordinados aos diplomatas, de acordo com a doutrina eles devem sempre passar aos seus superiores hierárquicos da cadeia de comando informações sobre as missões em que atuam. O Comando da Marinha informou apenas que os militares em questão integram o Destacamento de Segurança da Embaixada (DstSEB), que tem a função de fazer a segurança pessoal dos chefes de missões, funcionários diplomáticos e administrativos, da residência oficial e da chancelaria das embaixadas, e destacou ainda que “a participação dos militares da MB limitou-se, exclusivamente, ao provimento da segurança individual de um diplomata brasileiro durante o seu deslocamento rodoviário”. A presidência acredita que a situação do ministro da Defesa se diferencia da de Patriota por entender que os fuzileiros navais obedeceram a ordens de Saboia, sendo assim, nenhuma autoridade ligada à Defesa teria sido consultada sobre a ação. Além disso, os escalões superiores poderiam achar que se tratava de uma operação oficial sigilosa e que, por isso, não deveriam se envolver. Amorim declarou em nota que no dia da viagem, os três adidos militares estavam na cidade de Cochabamba e não foram informados do deslocamento de Molina. Em entrevista à *Folha*, Saboia afirmou que se sentia como se fosse o responsável por uma unidade do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) durante o regime militar (1964-1985) devido às condições em que o senador Molina vivia nas dependências da embaixada. Segundo o diplomata o senador estava a mais de um ano sem tomar sol nem receber visitas, confinado numa sala e vigiado por fuzileiros navais 24 horas por dia. Saboia avalia que sua ação esteve de acordo com todas as normas e tradições humanitárias, bem como

com os tratados internacionais assinados pelo Brasil. Em resposta às afirmações de Saboia, presidenta da República, Dilma Rousseff disse que por ter sido presa no DOI-Codi durante o regime militar, podia afirmar que o órgão de repressão e a Embaixada do Brasil em La Paz são tão diferentes como o céu e o inferno. Rousseff afirmou também que lamenta que um asilado brasileiro tenha sido submetido à insegurança de um deslocamento terrestre como esse. De acordo com o *Correio*, Saboia tinha relações estreitas com o ministro da Defesa, Celso Amorim, por ter sido seu assessor direto por seis anos, no período em que Amorim foi ministro das Relações Exteriores. Rousseff, que desejava saber exatamente quem estava a par da operação realizada por Saboia, convocou para reunião os ministros da Defesa, Celso Amorim e da Justiça, José Eduardo Cardozo, responsável pela Polícia Federal. (*Correio Braziliense* – 27/08/13; *Correio Braziliense* – 28/08/13; *Correio Braziliense* – 29/08/13; *Folha de S. Paulo* – Opinião – 27/08/13; *Folha de S. Paulo* – Mundo – 27/08/13; *Folha de S. Paulo* – Mundo – 28/08/13; *O Estado de S. Paulo* – Internacional – 26/08/13; *O Estado de S. Paulo* – Internacional – 27/08/13; *O Estado de S. Paulo* – Notas e Informações – 27/08/13; *O Estado de S. Paulo* – Internacional – 28/08/13)

10- Alojamento militar é utilizado por médicos estrangeiros

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o Exército afirmou que dentre os 682 médicos formados no exterior que começaram o treinamento para integrar o Programa Mais Médicos – iniciativa do governo federal para melhorar o Sistema Único de Saúde (SUS) –, 202 estavam alojados em instalações do Ministério da Defesa. Os alojamentos foram criticados quanto a suas condições e à lotação. Os estrangeiros estão divididos em instalações do Batalhão de Guarda Presidencial e do Regimento da Cavalaria de Guardas (dos Dragões da Independência), onde ocupam quartos equipados com beliches e separados para homens e mulheres. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, informou que providenciará melhorias na estrutura de hospedagem. (*Correio Braziliense* – 27/08/13)

11- Análise das relações do Brasil-Estados Unidos

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista e diretor do Brazil Institute do Woodrow Wilson International Center For Scholars, em Washington, Estados Unidos (EUA), Paulo Sotero afirmou que há dois meses da visita da presidenta da República Dilma Rousseff a Washington, que ocorrerá em outubro de 2013, Brasil e EUA, tem enfrentado problemas que minam a confiança mútua no momento em que ela se faz extremamente necessária para um avanço na relação entre eles. Sotero menciona dois episódios como prejudiciais nas relações entre os Estados: o primeiro foi a cobrança pública de explicações feitas pelo então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ao secretário de Estado estadunidense John Kerry a respeito do monitoramento de brasileiros pela National Security Agency (NSA). E o segundo foi a detenção do brasileiro David Miranda, companheiro do jornalista estadunidense que tem divulgado informações da espionagem dos EUA, Glenn Greenwald, com fundamento na lei antiterrorismo, na cidade de Londres, Reino Unido. Segundo Sotero, o aprofundamento das relações entre

os dois países demanda confiança para que ambos possam trocar informações sigilosas entre suas agências, como nos casos do Acordo de Assistência Legal Mútua e o Acordo de Intercâmbio de Informações Tributárias. Em destaque na agenda de negociações Brasil-EUA estão o programa que facilitaria a entrada de viajantes brasileiros nos EUA e o acordo sobre o uso da Base brasileira de Alcântara pelos estadunidenses. Sotero ainda ressaltou outros temas que despertam interesses estratégicos por parte de Brasil e EUA, entre eles a escolha do caça para o programa FX-2 de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira, que conta com o modelo F18 Hornet da Boeing na concorrência; a ampliação do mercado de aviões militares da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) nos EUA; e a aspiração brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. O embaixador estadunidense em Brasília, Thomas Shannon, que assumirá um alto cargo no Departamento de Estado dos EUA após a vista da presidenta Rousseff acredita que os interesses permanentes dos dois países são mais convergentes do que divergentes, a começar pela estabilidade nas Américas. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 27/08/13)

12- Recrutas do Exército são presos acusados de assalto

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, três recrutas lotados no Regimento da Cavalaria de Guardas do Exército foram acusados de assalto e responderão na Justiça comum por roubo qualificado, emprego de arma e ação em grupo, além de passarem por apurações internas e administrativas e poderem ser expulsos das Forças Armadas. Os três soldados são acusados de assaltar três pessoas na região central da capital federal, Brasília, no dia 25/08/13. Policiais militares capturaram os soldados com os objetos roubados e a faca usada como arma no crime minutos depois do ocorrido. Eles foram presos em flagrante e estão encarcerados no Batalhão da Polícia do Exército. A instituição considerou a conduta dos soldados “incompatível” com a função que exercem na Força. (Correio Braziliense – 28/08/13)

13- Alterações no desfile de Sete de Setembro por questões de segurança

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Palácio de Planalto e o Ministério da Defesa reuniram-se no dia 29/08/13 para decidir as alterações e questões de segurança relacionadas ao desfile de Sete de Setembro, o qual é tradicionalmente realizado na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal. De acordo com o jornal, entre as mudanças estão a redução do tempo de desfile, com a intenção de diminuir a exposição das autoridades públicas, e o cancelamento da tradicional apresentação da Esquadilha da Fumaça, devido à troca das aeronaves. (Correio Braziliense – 29/08/13; Correio Braziliense – 30/08/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex).